



# Prefeitura Municipal de Novais

CNPJ: 65.711.699/0001-43

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2025 DE 16 DE JANEIRO DE 2025**

### **“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ANEXO I “F”, DA LEI COMPLEMENTAR 094/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”**

**PAULO CESAR DIAS PINHEIRO**, Prefeito Municipal de Novais, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE NOVAIS APROVA e Ele SANCIONA E PROMULGA a seguinte Lei Complementar

**Art. 1º** Fica alterado o Anexo I “F”, da Lei Complementar 094/2023, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

<b>ANEXO I - “F”</b>	
<b>Grupo de Saúde Pública - Quadro de Referência “F” (QRF)</b>	
<b>(...)</b>	
<b>Grupo de Agente de Endemias e Agente Comunitário de Saúde</b>	
<b>Referência</b>	<b>Valor</b>
QAES – I	R\$ 3.036,00

**Art. 2º.** As despesas decorrentes desta Lei Complementar serão atendidas com recursos financeiros originários do Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde e onerarão as dotações consignadas no Orçamento Municipal, na unidade do Fundo Municipal de Saúde.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2025.

Novais, 16 de janeiro de 2025.

*Paulo Cesar Dias Pinheiro*

*Prefeito Municipal*



# Prefeitura Municipal de Novais

CNPJ: 65.711.699/0001-43

---

## JUSTIFICATIVA AO

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2025, DE 16 DE JANEIRO DE 2025

Excelentíssimo Senhor

**DIONE RICARDO OTTONI BARBOSA**

**DD. Presidente da Câmara Municipal de Novais**

**Demais Nobres Vereadores.**

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência e Ilustres Pares, o anexo incluso Projeto de Lei 001/2025, que “ **DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO Do anexo do Anexo I “F”, da Lei 094/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**” .

**A Alteração em tela, tem por objetivo adequar a referência salarial dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e dos Agentes de Combate às Endemias – ACE no Município de Novais e dá outras providências”.**

O objetivo principal é atender à Política Nacional que trata do assunto, repassando aos servidores o piso salarial destinado pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde, para o desempenho das referidas ações.

Frisamos tratar-se de obediência à normal legal, especialmente porque os valores financeiros utilizados para a manutenção do programa são repassados pelo Ministério da Saúde, através do Fundo Nacional de Saúde.

Tal iniciativa, portanto, atende à norma específica vigente, vindo de encontro ao atendimento da recente **Ementa Constitucional nº 120, de 05 de maio de 2022**, que atribuiu à União, a responsabilidade na política remuneratória e a valorização dos profissionais que exercem atividades de Agente Comunitário de Saúde – ACS e de Agente de Combate às Endemias – ACE, **definindo que o vencimento salarial dos respectivos agentes não poderá ser inferior à dois salários mínimos**, sendo, tal valor repassado pela União, por intermédio do Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde. Há ainda a através da **Portaria GM/MS nº 2.109, de 30 de junho de 2022**.

**Importa Observar que o salário mínimo vigente a partir de 1º de janeiro de 2025 é de R\$**



# Prefeitura Municipal de Novais

CNPJ: 65.711.699/0001-43

---

**1.518,00 (um mil quinhentos e dezoito reais), sendo assim, se faz necessária a**

**alteração da referência Salarial QAES – I, constante do Anexo I “F”, da Lei 094/2023, para o valor de R\$ 3.036,00 (três mil e trinta e seis reais).**

Como exposto, a regulamentação do piso salarial nacional da categoria, atende ao interesse público e especialmente valoriza os servidores como proposto na legislação federal que trata do assunto.

Assim exposto, pela importância da matéria, solicitamos a tramitação e a aprovação do projeto de lei sob o REGIME DE URGÊNCIA.

Apresentamos aos Nobres Edis, os votos de estima, respeito e consideração.

Prefeitura Municipal de Novais, 16 de janeiro de 2025.

**PAULO CESAR DIAS PINHEIRO**

Prefeito Municipal



# Prefeitura Municipal de Novais

CNPJ: 65.711.699/0001-43

---

**ANEXO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2025**

**DE 16 DE JANEIRO DE 2025.**

**DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS**

**(Artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal)**

**PAULO CESAR DIAS PINHEIRO**, Prefeito Municipal de Novais, na qualidade de Ordenadora de Despesas do Município, em atendimento à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para fins do Projeto de Lei Complementar nº 001/2025, vem perante o Poder Legislativo local, **DECLARAR**, que:

**a)-** as novas despesas de caráter continuado previstas, tem adequação à Lei Orçamentária Anual do Exercício 2024 e para os dois anos subsequentes, estando compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

**b)-** que o mesmo não compromete a execução orçamentária, inclusive a manutenção e o desenvolvimento de outros serviços, das obrigações e das atividades sob responsabilidade do Poder Executivo;

**c)-** Os gastos a serem realizados dispõe de suficiente dotação e de firme e consistente expectativa de suporte de caixa por se tratar de recursos vinculados oriundos do Ministério da Saúde / Fundo Nacional de Saúde, conformando-se, assim, com as previsões estabelecidas nos instrumentos de planejamento e orçamentários do Poder Executivo;

Prefeitura Municipal de Novais, 16 de janeiro de 2025.

**PAULO CESAR DIAS PINHEIRO**

Prefeito Municipal